

cR

Centro
de Referência
Paulo Freire

**Este documento faz parte do acervo
do Centro de Referência Paulo Freire**

acervo.paulofreire.org



InstitutoPauloFreire

mesmo sem condições físicas; a decisão fica por conta do pai ou do professor. A responsabilidade pelas conseqüências também. Nesse caso, se ocorrer o pior, a Justiça terá o que dizer, uma vez que o Decreto Federal nº 69.450/71, capítulo II, artigo 12, tem redação especialmente precisa: "Os alunos de qualquer nível serão submetidos a exame clínico no início de cada ano letivo, que prescreverá o regime de atividades convenientes se verificada anormalidade orgânica". Seria preciso lembrar que "anormalidades orgânicas" exigem, de fato, critérios científicos para serem percebidas? Mas, definir critérios parece não ser uma prioridade na atual gestão da Secretaria da Educação do Município de São Paulo. E o mais preocupante é que qualquer decisão do senhor Freire faz "escola" rapidamente; as administrações municipais de Paulínia, Campinas, Ribeirão Preto, São José dos Campos, e até mesmo de Porto Alegre, também não gostam do Decreto nº 69.450/71. Consideram bom não cumpri-lo, e não o fazem. Além das crianças populares, as maiores vítimas dessa decisão, e de seus preocupados professores, quem mais está incomodado com mais esta desobediência da lei?

Freire vai aceitar municipalização de rede estadual

Da Reportagem Local

A Secretaria Municipal de Educação de São Paulo não pretende se opor à municipalização da rede estadual de ensino, proposta pelo futuro secretário Estadual de Educação, Wagner Rossi, que deverá tomar posse na próxima terça-feira. Segundo Moacir Gadotti, chefe de gabinete da Secretaria Municipal, a equipe do secretário Paulo Freire "vai discutir" a absorção de 900 escolas estaduais de S. Paulo.

Para Gadotti, 47, a municipalização só será possível se não houver atraso no repasse de verbas pelo Estado — como acontece no sistema de saúde, recentemente municipalizado — e se o projeto for discutido com os professores e com a população. Ele discorda do único ponto do projeto definido por Rossi: manter os professores da rede como funcionários do Estado. Gadotti acha que a medida poderá provocar falta de funcionários, como acontece na área da saúde.

Para a Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), o projeto de Rossi será de "parceria", não de municipalização, se ele mantiver os professores ligados ao Estado. A entidade condena a mudança.

Segundo João Antônio Felício, presidente da Apeoesp, o exemplo da municipalização da merenda escolar — programa em que os municípios ficam responsáveis pela compra dos alimentos com verbas repassadas pelo Estado — demonstra que o sistema não traz melhorias. A Apeoesp diz que os recursos repassados pelo Estado são insuficientes e alega que "critérios políticos" regem a distribuição de verbas.

Para a deputada estadual Guiomar Namó de Mello (PSDB), doutora em educação, que condenou a municipalização nos trabalhos da constituinte paulista, o sistema só pode ser implantado se forem criados mecanismos automáticos de repasse de verbas. Na opinião de Guiomar, fazer a municipalização é "deixar uma tarefa muito grande" para as Prefeituras.

Apesar da disposição de Gadotti de aceitar a rede estadual, o projeto de Rossi enfrentará protestos dentro da Secretaria Municipal de Educação. Lisete Gomes Arelaro, 44, chefe da assessoria técnica e de planejamento da Secretaria, diz que recusará com "grande ênfase" a proposta de Rossi. Para ela, a medida obrigaria os municípios, em sua maioria sem recursos, a criar estruturas administrativas "onerosas".

Projeto envolve 572 cidades

FOLHA Da Reportagem Local

Wagner Rossi vai lidar com uma estrutura formada por cerca de seis mil escolas, 5,5 milhões de alunos e 200 mil professores. Ele envolverá no processo 572 municípios, incluindo São Paulo, que terão que aceitar sua proposta.

Segundo Lisete Arelaro, professora de administração escolar e economia da educação da Universidade de São Paulo, o projeto de municipalização da rede terá que ser aprovado por cada município. Eles têm o direito de recusar. Para transferir a gestão da rede às Prefeituras, o governo de São Paulo terá que assinar convênios detalhando quais serão as obrigações dos municípios. É preciso definir

quem constrói e mantém os prédios, quem contrata e paga os professores e quem fornece merenda, além das regras educacionais e trabalhistas.

Os planos de Rossi de manter os professores vinculados ao Estado trarão complicações, segundo Lisete. Para a professora, é inconcebível que eles trabalhem sob a chefia da Prefeitura, prestando contas ao Estado.

A Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, na municipalização, assumirá cerca de 900 escolas, que atendem cerca de um milhão de crianças. Atualmente, segundo Lisete, a rede municipal de ensino já representa um terço das escolas da cidade. Ela possui 650 mil alunos, distribuídos em 654 escolas.

Professores do Piauí encerram greve de 110 dias

Do Correspondente em Teresina

Os 25 mil professores da rede estadual de ensino do Piauí decidiram ontem em Teresina (capital) retornar às aulas após 110 dias de paralisação. As principais reivindicações — piso salarial de NCz\$ 261,00 e recuperação de instalações das escolas — não foram atendidas.

O secretário estadual de Educação, João Henrique Souza, disse que o ano letivo deverá terminar somente em fevereiro de 1990; e que os alunos não terão férias. Durante a greve, professores e a PM local travaram seis conflitos que geraram prisões.